



**FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

PRISCILA MARIA RODRIGUES VIANA

**O CENTRO POP NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

FORTALEZA
2017

PRISCILA MARIA RODRIGUES VIANA

**O CENTRO POP NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica e Filosófica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Diocleciana Paula da Silva

FORTALEZA
2017

PRISCILA MARIA RODRIGUES VIANA

**O CENTRO POP NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela Faculdade Teológica e Filosófica Ratio, tendo sido aprovado pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Ms. Diocleciana Paula da Silva (Orientadora)

Faculdade Ratio

Prof.ª Ms. Aline de Araujo Martins

Faculdade Ratio

Prof.ª Ms. Maria Gomes Fernandes Escobar

Faculdade Ratio

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todas as coisas boas e também pelas dificuldades que aconteceram durante o meu percurso acadêmico, pois cada uma delas, ao seu modo, fez-me chegar até aqui e ser quem eu sou.

Agradeço ao meu amado marido, Francisco Vieira, que sempre esteve ao meu lado, incentivando-me e auxiliando-me de todas as formas possíveis, para que eu chegasse até aqui. Obrigada, meu amor, pelo seu companheirismo de sempre. Você foi fundamental em todos os momentos da minha graduação.

Agradeço à minha família, que é a minha base, e que mesmo não estando sempre presente esteve orando e torcendo por mim, assim contribuindo para que eu superasse todos os obstáculos e dificuldades durante esse percurso.

Agradeço especialmente às duas amigas e companheiras de turma, Gerlania Pereira e Jusceliane Reuma, que tão alegremente fizeram parte de todos os momentos de tristezas e alegrias durante esses quatro anos de curso. Agradeço por todo o carinho, compreensão e ajuda de todas as formas. Saibam que as duas são especiais e que levarei para sempre em meu coração todos os momentos que passamos juntas na faculdade.

Agradeço a todo o corpo docente da Turma 305 que fez parte da minha construção acadêmica. Obrigada por todo o conhecimento compartilhado.

Agradeço à assistente social Maria Maruza de Carvalho, que foi a minha orientadora de campo durante o período de estágio curricular obrigatório, desenvolvido no Centro POP e que tão carinhosamente me recebeu e passou todo conhecimento referente a essa temática.

Agradeço à assistente social Iracema Machado, funcionária do Centro POP Benfica, que com todo o seu conhecimento sobre a temática aqui apresentada aceitou ser entrevistada, tirando todas as dúvidas e assim auxiliando para que eu pudesse dar seguimento à minha pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, Ms. Diocleciana Paula, pela disponibilidade, dedicação e compromisso no decorrer da elaboração deste TCC e por todo incentivo e compreensão com as minhas dificuldades durante os dois semestres em que foi a minha orientadora.

Agradeço às professoras Ms. Aline de Araújo e Ms. Maria Gomes, que gentilmente aceitaram o convite de fazer parte da minha banca examinadora.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram nesta caminhada e me incentivaram a chegar até aqui. Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso traz uma análise sobre a importância do Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (CENTRO POP), para efetivação dos direitos desse seguimento populacional. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, tendo como objetivo conhecer as políticas públicas que são oferecidas pela Prefeitura de Fortaleza-Ce para a população em situação de rua. Busca compreender o fenômeno e sua trajetória, saber de que maneira ocorre a concretização desses serviços, quais os profissionais envolvidos e em quais locais ficam esses equipamentos. A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa bibliográfica, documental e empírica, tendo como locus de análise a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome (SETRA) e o Centro Pop. A técnica de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. A oportunidade de estudar sobre o tema surgiu mediante o estágio supervisionado obrigatório no Centro Pop, localizado no Centro de Fortaleza. Buscou-se através dos dados obtidos apresentar uma análise sobre as políticas públicas para a população em situação de rua e sobre os desafios na efetivação desses direitos. Através da pesquisa, obtivemos informações acerca de políticas direcionadas especificamente a pessoas em situação de rua no âmbito da Assistência Social, sendo possível observar que mesmo com a Prefeitura de Fortaleza oferecendo atendimento especializado à população em situação de rua, os benefícios não alcançam todos, principalmente quando se trata de benefícios sociais, e também pelo fato de haver apenas um Centro Pop funcionando atualmente para atender a toda a demanda de Fortaleza.

Palavras-Chave:População em Situação de Rua.Política Pública.Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course brings an analysis on the importance of the Center of Specialized Reference for Population in Situation of Street (CENTRO POP) to realize the rights of this population follow-up. It is a qualitative study, aiming to know the public policies that are offered by the Municipality of Fortaleza-Ce for the population in the street situation. To understand the phenomenon and its trajectory, to know in what way the concretization of these services occurs, which professionals are involved and in which places are these equipments. The methodology used was based on bibliographical, documentary and empirical research, having as a locus of analysis the Secretariat of Labor, Social Development and Fight against Hunger (SETRA) and the Pop Center. The technique of data collection was the semi-structured interview. The opportunity to study the subject arose through a compulsory supervised internship at the Pop Center located in the Center of Fortaleza. It was sought through the data obtained to present an analysis on the public policies for the population in the street situation and the challenges in the realization of these rights. Through the research we obtained information about policies directed specifically to street people in the scope of Social Assistance, in the research it is possible to observe that even with the Municipality of Fortaleza offering specialized care to the population in a street situation, the benefits do not reach all, especially when it comes to social benefits, and also because it has only one pop center currently operating to meet all the demand for strength.

Keywords: Street Population. Public Policy. Social Vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADIUNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CAPS-AD	Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas
CENTROP	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EAN	Espaço de Acolhimento Noturno
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PSE	Política Social Especial
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEA	Serviço Especializado de Abordagem de Rua
SETRA	Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação da população em situação de rua por gênero a nível nacional	26
Gráfico 2: Variação da população em situação de rua por gênero em Fortaleza.....	26
Gráfico 3: Principais motivos de saída para rua a nível nacional	27
Gráfico 4: Motivos para deslocamento a nível nacional.....	28
Gráfico 5: Faixa etária em Fortaleza.....	29
Gráfico 6: Perfil Geral em Fortaleza.....	29
Gráfico 7: Usa algum tipo de droga - nível Fortaleza.....	30
Gráfico 8: Situação familiar - nível Fortaleza.....	30
Gráfico 9: Principais motivos que levaram a morar na rua em Fortaleza.....	31
Gráfico 10: Sofreu algum tipo de violência na rua em Fortaleza.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	16
1.1 O SURGIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, UMA ANÁLISE HISTÓRICA.....	19
1.2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA ATUALIDADE.....	21
1.3 ÍNDICES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	24
2. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	32
2.1 POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	35
3. CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP) EM FORTALEZA- CE.....	40
3.1 EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO POP.....	41
3.2 DADOS DA PESQUISA DE CAMPO NA SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (SETRA).....	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
5. BIBLIOGRAFIA.....	53
ANEXOS.....	55
APÊNDICES.....	56

INTRODUÇÃO

De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no ano de 2008, existem cerca de cinquenta mil indivíduos vivendo em situação de rua em todo o Brasil. Vale ressaltar que não foram incluídas na pesquisa crianças e adolescentes, e nem todos os municípios brasileiros participaram dessa pesquisa, mas somente municípios que possuíam mais de trezentos mil habitantes. Trataremos sobre os dados estatísticos no item 1.3 deste trabalho.

Em Fortaleza, os dados mais recentes disponibilizados pela prefeitura sobre população em situação de rua foram elaborados pela Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra), no ano de 2014. De acordo com os dados obtidos, havia cerca de um mil, setecentos e dezoito pessoas em situação de rua em Fortaleza.

A presente pesquisa tem como tema “O Centro Pop na Efetivação dos Direitos da População em Situação de Rua”, cujo objetivo principal é identificar o papel do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP) na efetivação dos direitos desse seguimento populacional. Além disso, busca compreender o fenômeno população em situação de rua, fazendo uma análise sobre a origem e os dias atuais, e conhecer as políticas públicas oferecidas pela Prefeitura de Fortaleza voltadas especificamente para essa categoria.

A proposta para abordar o tema surgiu através da experiência de Estágio Curricular Obrigatório II, realizado no Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua da cidade de Fortaleza-Ce, no período de agosto a dezembro de 2014, onde foi possível conhecer de perto as dificuldades enfrentadas por essa população na luta diária pela sobrevivência. Foi através dessa experiência que surgiu o interesse de pesquisar sobre as políticas públicas para pessoas em situação de rua e de que forma esses direitos são efetivados.

O Centro Pop é uma instituição pública da Prefeitura Municipal de Fortaleza que atua com a política de assistência social e presta atendimento especializado

para os cidadãos que utilizam as ruas como o seu espaço de moradia. Dessa forma, sua atuação está voltada para a proteção especial de média complexidade¹.

Em Fortaleza, o primeiro equipamento que foi criado com a finalidade de atendimento especializado para pessoas em situação de rua surgiu no ano de 2007. Na época, era chamado de Centro de Atendimento à População de Rua e oferecia basicamente os mesmos serviços que até hoje existem no Centro Pop. São eles: cuidados básicos, como banho, lavagem de roupas e alimentação, atrelados à participação dos indivíduos nas oficinas de arte e educação, socioeducativas e oficinas técnicas. Posteriormente, foi inaugurado o primeiro espaço de acolhimento noturno de Fortaleza, utilizado pelos usuários apenas para pernoite.

Autores como Costa (2005) e Silva (2009) afirmam que um dos fatores que contribuem para o crescimento do fenômeno da população em situação de rua é a questão do trabalho e renda, desde o momento em que surgiu na história da humanidade. Essa problemática é considerada uma expressão da questão social que aparece como consequência das transformações que ocorreram na sociedade para atender a exigências capitalistas.

Nessa lógica, a autora Costa (2009) afirma que é possível verificar uma grande diferença na situação de vida da população trabalhadora. Nesse contexto, a sociedade torna-se dependente do consumo e o trabalho torna-se fundamental para que os cidadãos possam manter sua sobrevivência e necessidades básicas.

Com acumulação de capital e com as desigualdades geradas por todas essas modificações, nem todos podem ter acesso ao trabalho formal, ficando desempregados e, assim, muitos trabalhadores têm os seus direitos violados. Autores clássicos, como Castel e Marx, denominam a população

¹ A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções especializadas. Está organizada em unidades públicas (equipamentos) de gestão e abrangência municipal, nos quais se desenvolvem os programas e serviços de atendimento, que tem como objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, bem como o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=protecao+social+de+media+complexidade>
Acesso em: 01/08/2017.

desempregada como sendo “sobrantes” e “exército industrial de reserva”, Trata-se de:

Pessoas normais, mas inválidas pela conjuntura, como decorrência das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades e do emprego, fatores que constitui a situação atual, na qual não há mais lugar para todos na sociedade. (Costa, 2005,p.2)

Para sobreviver, as pessoas precisam estar inseridas no mercado vendendo o único bem que possuem, que é a força de trabalho, para que, assim, possam receber salários e consumir o fundamental para sobreviver. Porém, com a atual conjuntura do país, onde as desigualdades sociais só crescem, muitos cidadãos acabam desempregados e sem condições de manter as necessidades mais básicas, como habitação e alimentação, passando a viver em condições precárias, sendo que muitos acabam utilizando as ruas como moradia e, dessa maneira, os índices estatísticos de pessoas em situação de rua só aumentam.

Tendo como referência toda a problemática aqui abordada, pretende-se, neste Trabalho de Conclusão de Curso, elaborar uma discussão acerca dos aspectos que ocasionam a situação de rua na vida das pessoas, abordando também questões que trazem o reconhecimento da população em situação de rua como sendo pessoas cidadãs e trabalhadoras que tiveram os seus direitos violados. Objetiva-se, especialmente, conhecer as políticas públicas para esse segmento populacional.

Para que este estudo fosse efetivado, foi realizada pesquisa bibliográfica em textos, artigos, livros, pesquisas, dentre outros, para fundamentar o debate acerca do fenômeno população em situação de rua. Os autores Marconi e Lakatos (2011) definem pesquisa bibliográfica como toda bibliografia tornada pública, tais como: jornais, revistas, livros, ou até mesmo gravações em fita magnética.

Realizou-se também pesquisa de campo na Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), com o objetivo de identificar as políticas públicas oferecidas para a População em Situação de Rua. A técnica utilizada foi de entrevista semiestruturada, a fim de obter maiores informações sobre de que maneira a Prefeitura de Fortaleza trabalha para efetivar os direitos das

pessoas em situação de rua e qual o papel do Centro Pop nesse processo. De acordo com Gil (2010), a entrevista pode ser definida como uma técnica na qual o investigador se apresenta frente ao investigado e formula perguntas para obter as informações necessárias, sendo, assim, uma forma de interação social.

O estudo está dividido em três capítulos. O primeiro traz a definição de População em Situação de Rua no Brasil. Logo após, fazemos uma breve análise histórica sobre o surgimento desse fenômeno, concluindo que o fenômeno população em situação de rua teve sua origem na sociedade europeia, no momento em que passou pelo processo de reformas com a revolução industrial no final do século XVIII, com a expulsão dos trabalhadores rurais e camponeses de suas terras e absorção insuficiente dessa população nas indústrias, deixando-os em situação de pobreza extrema.

Em seguida, discorremos sobre a População em Situação de Rua na atualidade, onde a autora Silva (2009) define algumas características desse seguimento populacional nos dias atuais. Finalizando o primeiro capítulo, trazemos os dados estatísticos sobre a temática a nível nacional disponibilizados pelo censo 2008 realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os dados a nível local, realizado pela SETRA e disponibilizados pela Prefeitura de Fortaleza no ano de 2014. Através da pesquisa, constatou-se que havia cerca de um mil, setecentos e dezoito pessoas em situação de rua em Fortaleza.

O capítulo dois traz a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, regulamentada através do Decreto nº 7.053/2009 e desenvolvida a partir do I Encontro Nacional sobre população em situação de rua, no ano de 2005, onde foram discutidas em conjunto as estratégias, os desafios e as recomendações para a formulação de políticas públicas para esse seguimento populacional. É através da Política Nacional que se tem todo o embasamento teórico de como se devem efetivar os direitos da População em Situação de Rua.

No mesmo capítulo, discorremos sobre Políticas Públicas que podem ser definidas como princípios e diretrizes que guiam as ações do poder público, direcionadas a satisfazer as demandas sociais, sendo submetidas às regras e procedimentos definidos em documentos que orientam a aplicação dos recursos públicos definidos pela política.

No capítulo três, trazemos a definição do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), prevista no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Constitui-se em unidade de referência de média complexidade, de natureza pública e estatal. O Centro Pop é um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito.

Em Fortaleza, funcionavam dois Centros POP; um localizado na Avenida da Universidade, nº 3215, Benfica, onde foi realizada a entrevista de campo, e outro que estava localizado na Rua Antônio Pompeu, nº134, Centro, onde obtive o primeiro contato com as Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua, através do estágio curricular obrigatório, sendo que atualmente o Centro POP do Centro se encontra fechado por tempo indeterminado. Assim, há apenas um equipamento de atendimento especializado para atender a toda a demanda de Fortaleza. O Centro Pop Benfica funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas. Os serviços oferecidos vão das necessidades mais básicas, como alimentação e higiene pessoal, até serviços como a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais e encaminhamento para abrigo ou casa de passagem, entre outros serviços.

No item 3.1 discorremos sobre a experiência adquirida no Centro Pop do centro de Fortaleza, onde através do Estágio Curricular Obrigatório foi possível ter o primeiro contato com as políticas para esse seguimento populacional, e assim ter o desejo de conhecer mais a fundo o papel do Centro Pop na efetivação da política para população em situação de rua em Fortaleza.

Em seguida, no item 3.2, é possível conhecer os dados da pesquisa de campo que teve como objeto de estudo a SETRA e, posteriormente, o Centro Pop do Benfica, onde foi realizada a entrevista com a assistente social que é referência nessa temática.

Finalizando o presente estudo e através dos dados obtidos, conclui-se que a Prefeitura de Fortaleza tem procurado desenvolver um trabalho específico que foi pensado pelos profissionais da área, cuja implantação ocorreu no ano de 2005. No início, com a política de assistência social e a Lei Orgânica da Assistência Social e, posteriormente, com a publicação do Decreto 7.053/2009, onde foi conceituado o fenômeno População em Situação de Rua e através dos princípios e diretrizes o

embasamento de todas as políticas setoriais específicas para população em situação de rua.

Portanto, o estudo do tema em questão é importante, pois os índices de pessoas em Situação de Rua só aumentam em todos os estados do Brasil, fazendo-se necessárias pesquisas e estudos que se aprofundem na realidade dessas pessoas e assim possam contribuir para a criação de políticas públicas que de fato melhorem a situação desse segmento populacional.

1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição em que vivem, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo forçadas a utilizar a rua como espaço de moradia, por tempo indeterminado ou de forma permanente.

Ao nos referirmos a pessoas em situação de rua, na maioria das vezes é traçado um perfil pela sociedade onde essas pessoas são taxadas como marginais, pessoas que estão à margem da lei e da sociedade, somente pelo fato de estarem utilizando o espaço público como moradia, não levando em consideração que essas pessoas são cidadãos que possuem origens sociais e culturais, mas que em um determinado momento de suas vidas alguma adversidade os atingiu, deixando-os em condição de extrema vulnerabilidade social, passando assim a utilizar as ruas, albergues ou casas de passagens como moradia. Na definição de Costa (2005, p. 3), pessoas em situação de rua constituem-se de:

(...) Homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo algum infortúnio atingiu as suas vidas, seja perda de emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia.

Outra forma de identificação para esse determinado grupo, segundo autores que estudam e discutem o assunto, trata a definição de que esse segmento se constitui como:

Grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que os constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos dos viadutos) e as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no curso da construção de saídas de ruas. (SILVA, 2009, p.29)

Autores como Bessa (2009) afirmam que na maioria das situações os motivos que levam as pessoas a estabelecerem a sua moradia e sobrevivência nos espaços públicos e locais de risco estão relacionados à perda ou enfraquecimento dos vínculos familiares, perda de emprego, consumo abusivo de álcool e outras drogas ou envolvimento com outros fatores que contribuem para o seu enfraquecimento emocional e financeiro e, dessa maneira, acabam ficando sem moradia regular para habitação.

Embora os fatores citados sejam os que caracterizam o fenômeno população em situação de rua dentro do contexto da realidade brasileira, é importante ressaltar que essa condição de vulnerabilidade também está ligada a outros acontecimentos que, com o passar dos anos, vem surgindo e modificando a realidade da sociedade e, dessa forma, contribuindo para o agravamento dessa expressão da questão social².

Autores como os citados acima afirmam que os motivos principais que levam uma pessoa a ir viver nas ruas estão diretamente ligados à perda de emprego e consumo abusivo de álcool e drogas. De fato, isso pode ser comprovado através das pesquisas, mas existem outros fatores que levam o cidadão a permanecer nas ruas de Fortaleza.

²Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Analisando alguns casos de pessoas que procuram o atendimento do Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP) durante o período de estágio, pode-se perceber que algumas de fato não mantêm nenhum contato com a família, por motivos de morte dos pais ou até mesmo desentendimento entre os familiares. Mas também existem aquelas que mantêm contato frequente com a família e que estão morando nas ruas por opção individual. Na maioria dos casos, por terem vícios e acharem que morando nas ruas viverão livres, sem dar satisfação pra família ou até mesmo para a sociedade.

Muitos preferem sobreviver do emprego informal como flanelinhas ou vendedores ambulantes, onde passam o dia trabalhando e a noite utilizando as praças como dormitório e até mesmo fazendo suas necessidades fisiológicas nas ruas, deixando as praças sujas. Sendo assim, essa parcela de pessoas não tem o gasto mensal com alguns serviços fundamentais, como contas de água, energia elétrica ou aluguel, vivendo apenas do que a rua proporciona.

O exposto trata de uma análise crítica, pois sabemos que morar nas ruas é uma maneira de sobreviver que está sujeita a vários tipos de violências físicas, psicológicas ou sexuais. Expressei aqui somente o outro lado da história, onde os sujeitos que, como cidadãos dotados de direitos e também de deveres, são livres e possuem o direito constitucional de ir e vir. E que independente da escolha individual de cada um as políticas públicas direcionadas para pessoas em situação de rua são extremamente necessárias.

De acordo com Silva (2006), no Brasil a realização dos primeiros estudos sobre o fenômeno data dos anos 90, revelando que, com a expansão do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, há um crescimento significativo da população em situação de rua no Brasil.

Com a globalização e as inovações tecnológicas, houve a diminuição das vagas de trabalho formal, precarização do salário, urbanização desenfreada e extrema desigualdade social. Em consequência da chegada do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, houve uma expansão do número de pessoas vivendo nas ruas, por não terem condições mínimas de custear as necessidades básicas. A autora Silva (2009, p. 80) destaca que:

Na sociedade contemporânea, com o advento do neoliberalismo, a questão da população em situação de rua se agrava gradativamente devido a fatores como o desemprego, a redução de gastos e investimentos governamentais na área social, as políticas sociais focalizadas e seletivas, a competitividade e o estímulo à individualização no mercado de trabalho.

Como já mencionado, a população em situação de rua é composta por homens, mulheres, crianças e idosos que, em um determinado momento de suas vidas passaram a sobreviver nas ruas, sendo por opção individual ou levada a essa situação por condições impostas, como falta de trabalho e renda, rompimento dos vínculos familiares, adversidades pessoais, como o vício em drogas, álcool, doenças e fatores ligados a desastres naturais, como inundações e secas.

No capítulo seguinte, pretende-se compreender em qual momento e sob quais situações o fenômeno população em situação de rua surgiu na história da sociedade, e compreender quais os fatores que caracterizam esse fenômeno na contemporaneidade. Faz-se uma análise histórica sobre o surgimento da população em situação de rua na contemporaneidade.

1.10 SURGIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Para compreendermos o fenômeno população em situação de rua, é necessário fazer uma análise histórica sobre o surgimento dessa categoria. A partir das pesquisas realizadas para compreender o surgimento desse fenômeno, verificamos que esse tem origem na sociedade européia, com a “expropriação dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados” (SILVA, 2009, p. 96) para atender às necessidades do capitalismo industrial que começava a surgir.

Segundo Silva (2009), os camponeses e trabalhadores rurais possuíam o seu próprio espaço para morar e uma área para cultivo, utilizavam também as terras comuns para criação dos animais e, dessa maneira, retiravam materiais para sobrevivência, sendo que alguns desses camponeses utilizavam o seu tempo livre

executando atividades para os grandes proprietários de terras e, assim, recebiam uma remuneração. Esses trabalhadores se constituíram em agricultores assalariados.

A autora ainda destaca que no século XVIII houve um processo de mudanças em toda a Europa, que tinha por objetivo redefinir a economia da sociedade na época e, como consequência, toda a população que vivia no campo teve seus pertences e terras tomados através de métodos violentos. As terras desses camponeses e trabalhadores rurais foram transformadas em propriedades particulares e assim deu-se início ao processo de modernização para construção de grandes indústrias.

A população que vivia no campo e mantinha o seu sustento através do cultivo de bens em suas terras passou a viver em situação de pobreza, pois não possuía nenhum outro bem além da sua força de trabalho e, por esse motivo, começou a migrar do campo para as cidades, com a esperança de ser contratada pelas indústrias como trabalhadores assalariados e, dessa maneira, continuar sobrevivendo.

Segundo Fraga (2011), a maioria dessas pessoas que migravam do campo para as cidades não foi contratada de imediato pelas indústrias, o que, na falta de alternativa, fez com que grande parte delas passasse a viver nas ruas das cidades.

Diante dessa condição de pobreza que lhes foi atribuída, muitos recorreram aos roubos e a pedir esmolas nas vias públicas para poder sobreviver. Silva (2009) destaca que toda essa situação resultou na criação de leis repressivas “contra a vadiagem”, que forçavam essa população a aceitar subempregos com baixos salários e condições de vida insalubre.

Essas condições de trabalho não lhes davam a garantia de atendimento das suas necessidades básicas, como alimento, moradia fixa e cuidados com a saúde, e não lhes dava também a possibilidade de se reconstituírem na sociedade; sendo assim, continuavam a viver em condições precárias nas ruas ou em locais de risco.

Sendo assim, o surgimento da População em situação de Rua é caracterizado através das desigualdades e da pauperização³, sendo essa uma questão provocada pela falta de condições de manter as necessidades mais básicas das pessoas.

1.2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA ATUALIDADE

A autora Silva (2009), ao procurar compreender as causas do fenômeno população em situação de rua na atualidade, identificou seis aspectos que caracterizam essa problemática, a saber: As múltiplas determinações, expressão radical da questão social na contemporaneidade, localização nos grandes centros urbanos, o preconceito, as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta e a tendência à naturalização do fenômeno.

Referente às múltiplas determinações, a autora assinala que o fenômeno pode ser consequência de fatores relacionados a perdas, envolvimento em questões conflituosas, enfraquecimento emocional e outros acontecimentos que transformam significativamente a realidade dos indivíduos. De fato, essas múltiplas determinações podem ser observadas através das pesquisas, pois muitos casos que levam as pessoas a saírem de casa são os conflitos com a família e envolvimento com drogas.

O segundo aspecto identificado por Silva (2009) refere-se ao fato desse fenômeno ser uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, ou seja, é entendido pela autora como sendo uma expressão da questão social, pois com as transformações que vêm ocorrendo desde a década de 1970 em diversas esferas da sociedade para se estabelecer novas formas de acumulação de capital, vêm surgindo como consequências dessas mudanças novas formas de desigualdades na sociedade, contribuindo para o agravamento da pobreza.

O terceiro aspecto identificado por Silva (2009) diz respeito à questão da migração. De acordo com a autora, é bastante comum a população migrar de suas

³Pauperização: Processo de pobreza permanente, causado pela falta do necessário à sobrevivência. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pauperizacao/> Acesso em: 11/05/17.

idades para os grandes centros urbanos, pois é nesses locais que há maior concentração de estabelecimentos comerciais. Sendo assim, é nos grandes centros urbanos que há maior circulação de capital e onde são gerados mais empregos, fazendo com que grande parte da população seja atraída para essas localidades em busca de trabalho.

Tendo em vista que na atual conjuntura do País, onde os índices de desemprego só aumentam, conseqüentemente os problemas sociais relacionados às pessoas em situação de rua aumentam também, pois se os indivíduos procuram as grandes cidades em busca de emprego e chegando aqui não os encontram de imediato, passam a ficar em uma situação de vulnerabilidade social⁴.

O quarto aspecto refere-se ao preconceito existente em relação às pessoas que estão em situação de rua. São várias as formas de discriminação estabelecidas na sociedade, ao se referir a pessoas em situação de rua. “As pessoas que estão vivendo nas ruas estão em pobreza extrema e a sociedade em geral tende a criminalizar a pobreza e a explicitar os preconceitos” (OLIVEIRA, 2011, p.1).

O quinto aspecto fala sobre as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta, ou seja, cada região do Brasil possui suas características e particularidades, decorrência “dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes em determinado território” (SILVA, 2009, p.121).

O sexto e último aspecto identificado pela autora diz respeito ao fenômeno ser visto como um processo natural que ocorre na sociedade, ou seja, esse fenômeno não é visto como uma expressão da questão social que surgiu com a forma de estruturação capitalista, mas sim como um processo resultante de problemas particulares dos indivíduos que se encontram nessa situação.

Dessa forma, esse processo é compreendido como sendo resultado de causas individuais, em que o indivíduo acaba sendo responsabilizado por se encontrar nessa situação. Sendo assim, além de naturalizar o fenômeno, reproduz-se o preconceito existente justo a esse segmento populacional.

⁴**Vulnerabilidade social** é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos.

Analisando os aspectos identificados pela autora, é possível concluir que estar em situação de rua não é resultado de escolhas individuais, mas uma realidade que está diretamente ligada ao modo como a sociedade vem se transformando e modificando a política e economia, de uma maneira que possa se adaptar às exigências do capital e, assim, tendo como objetivo principal garantir riquezas à classe dominante e deixando a classe trabalhadora em condições desfavorecidas.

Ao refletirmos o último aspecto identificado pela autora, chegamos à conclusão de que o fenômeno população em situação de rua não é resultante de escolhas individuais, pois, com boas condições financeiras para aproveitar a vida da melhor maneira possível, qual indivíduo moraria nas ruas? É óbvio que ele vai querer usufruir de tudo o de melhor que o dinheiro pode proporcionar, incluindo ter uma boa casa para morar.

Dessa maneira, o cidadão que se encontra desempregado e em estado de extrema vulnerabilidade social, por mais que possua familiares próximos, na maioria das vezes possui uma situação financeira precária, ficando muitas vezes difícil de garantir o básico para a família e, assim, vai para as ruas em busca de emprego informal ou até mesmo procura sobreviver nas ruas, tendo em vista contas e taxas fixas mensais por não terem condições financeiras de arcar com tais responsabilidades.

A ausência de dados estatísticos atualizados sobre pessoas em situação de rua no Brasil prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para essa categoria, pois não conhecendo o tamanho do problema torna-se difícil combatê-lo. É importante destacar que pessoas em situação de rua são uma realidade crescente em todas as capitais brasileiras. Vale ressaltar que todos possuem os mesmos direitos perante as leis, e que devemos rever nossos conceitos com relação às pessoas em situação de rua, incentivando o respeito ao próximo.

Pessoas que se encontram em situação de rua vivem sob o julgamento da sociedade, sendo muitas vezes ignoradas ou tratadas de forma marginalizada. Portanto, é importante tratar a todas as pessoas com respeito, independente da situação socioeconômica em que se encontram.

1.3 ÍNDICES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, fez a contagem e a caracterização da população em situação de rua no Brasil.

A pesquisa foi feita em todas as capitais e em municípios com mais de 300.000 habitantes (excluindo Belo Horizonte, São Paulo e Recife), contabilizando nos 71 municípios um contingente de trinta e um mil, novecentos e vinte e dois (31.922) adultos em situação de rua. Sendo que, somando a essa pesquisa a população de Rua de São Paulo, Recife e Belo Horizonte, estima-se poder chegar aproximadamente a uma população de cinquenta mil (50.000) indivíduos (deve-se ainda ressaltar que não foram adicionadas a essa pesquisa crianças e adolescentes moradores de rua e que os municípios brasileiros não estão em sua totalidade participando dessa pesquisa).

O censo de moradores de rua realizado em Fortaleza, no ano de 2007, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constatou que haviam mil e setenta e uma pessoas (1.071) pessoas nessa situação. Dos 71 municípios analisados, a capital foi o quinto com a maior quantidade. A pesquisa contemplava apenas os maiores de 18 anos.

O perfil da População em Situação de Rua no Brasil, de acordo com a pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em agosto de 2007 a março de 2008, indica que 82% da população em situação de rua são do sexo masculino, mais da metade possui idade entre 25 e 44 anos, 67% dos indivíduos são negros e 52,6% recebem entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais.

O último censo realizado a respeito em Fortaleza foi elaborado pela Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(SETRA), no ano de 2014. De acordo com os dados obtidos pelo Censo 2014, havia cerca de 1.718 pessoas em situação de Rua em Fortaleza.

A pesquisa foi executada pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal de Fortaleza (CETREDE), com a coordenação da Setra e em parceria com o Fórum da Rua. De acordo com o secretário do órgão na época, Cláudio Ricardo Gomes, a pesquisa foi realizada baseada em duas etapas. A etapa inicial, que mostra a contagem da população, e o perfil de gênero, faixa etária e etnia.

Em Fortaleza, foram levantados setenta e três pontos de concentração da população em situação de rua. O censo revelou que a área com maior número de pessoas morando na rua foi a que compreende a região do Centro até o início da Bezerra de Menezes, com o registro de duzentos e oitenta pessoas, representando 16,3% do total.

A área dois, que compreende pontos da Praça Coração de Jesus até a Praça do Ferreira, registrou duzentos e trinta e duas pessoas, isto é, 13,5% do total. Já a área três, que inclui a região da Beira Mar, registrou 228 pessoas.

A área que registrou menor número de pessoas em situação de rua foi a área seis, que compreende pontos entre Lago do Jacarey até o bairro Messejana, com cento e sete pessoas, totalizando 6,2%. Segundo o secretário, as áreas mais críticas fazem parte da região do Centro e Beira Mar. “As três áreas mais críticas totalizam 72,2% da concentração. Mais de 50% estão localizadas no Centro e cerca de 19% concentram-se na Beira Mar”.

A pesquisa mostrou, ainda, que a grande maioria da população que vive na rua é de homens adultos, representando 80,9% do total. As mulheres, no entanto, representam 14,6%, e os idosos, 8,9%. Nas ruas, também existem crianças. A maioria, acompanhada dos pais, representam 2,2%. As desacompanhadas, apenas 0,6%. No item etnia, 87,3% dos moradores de rua são não brancos. Do total, 9,6% são brancos e 3,1% não identificados.

Em comparação com os números revelados pelo último censo, publicado em 2007, o número de moradores de rua aumentou em seiscentos e quarenta e oito pessoas.

GÊNEROS- NÍVEL NACIONAL

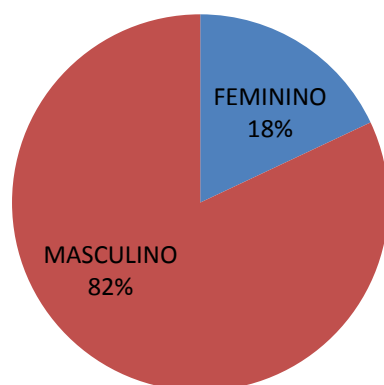


Gráfico 1: Porcentagem por gêneros da População em Situação de Rua. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008

GÊNEROS - EM FORTALEZA

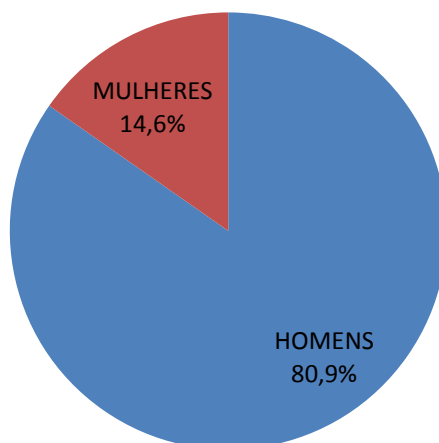


Gráfico 2: Porcentagem por gêneros da População em Situação de Rua em Fortaleza. Fonte: Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra). Fortaleza 2014.

Em relação à formação escolar, a Pesquisa Nacional indica que 74% dos entrevistados sabiam ler e escrever, 17,1% não sabiam escrever, 8,3% apenas sabiam assinar o próprio nome e 95% não estudavam.

Composta em grande parte por trabalhadores, a Pesquisa Nacional também comprova que 70,9% dos moradores exercem algum tipo de atividade remunerada e apenas 15,7% pedem dinheiro como forma de sobrevivência.

Desse grupo nacional, 69,9% costumam dormir nas ruas, sendo que 30% dormem em logradouros públicos há mais de 5 anos e apenas 22,1% costumam dormir em albergues ou outras instituições de apoio. Desse total de indivíduos pesquisados, 48,4% estavam há mais de dois anos dormindo nas ruas ou em albergues, sendo que a maioria costumava dormir nas ruas (69,6%), outros em albergues e outras instituições (22,1%), e uma minoria alternava entre dormir nas ruas e nos albergues (8,3%).

Dos indivíduos entrevistados em nível nacional, 88,5% afirmam não receber nenhum benefício dos órgãos governamentais, não sendo atingidos pela cobertura dos programas do governo federal. As principais razões levantadas na Pesquisa Nacional pelas quais os entrevistados se encontram em situação de rua são o alcoolismo/substâncias alucinógenas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com familiares (29,1%).

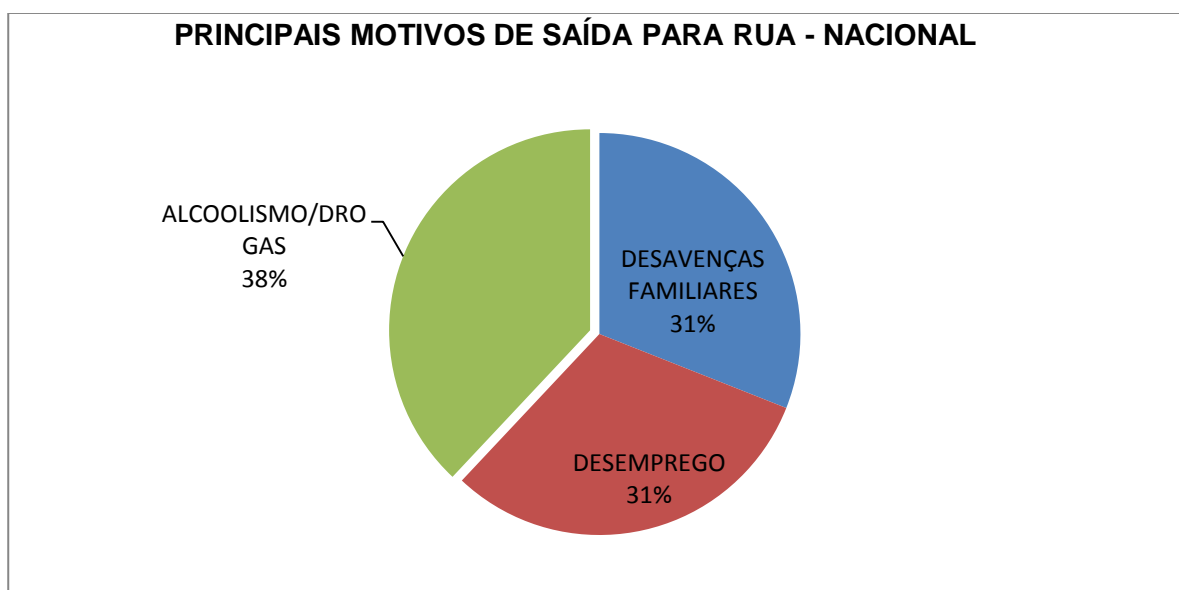


Gráfico 3: Motivos de saída da População em Situação de Rua. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008

A respeito da trajetória dos entrevistados na Pesquisa Nacional, 45,8% sempre viveram no município em que moravam; 56% sempre viveram no mesmo Estado em que anteriormente tiveram moradia; 72% vieram de áreas urbanas. Dos que responderam que já moraram em outras cidades, 45,3% se deslocaram em busca de novas oportunidades de trabalho e 18,4% se deslocaram por motivos de desavença familiar.

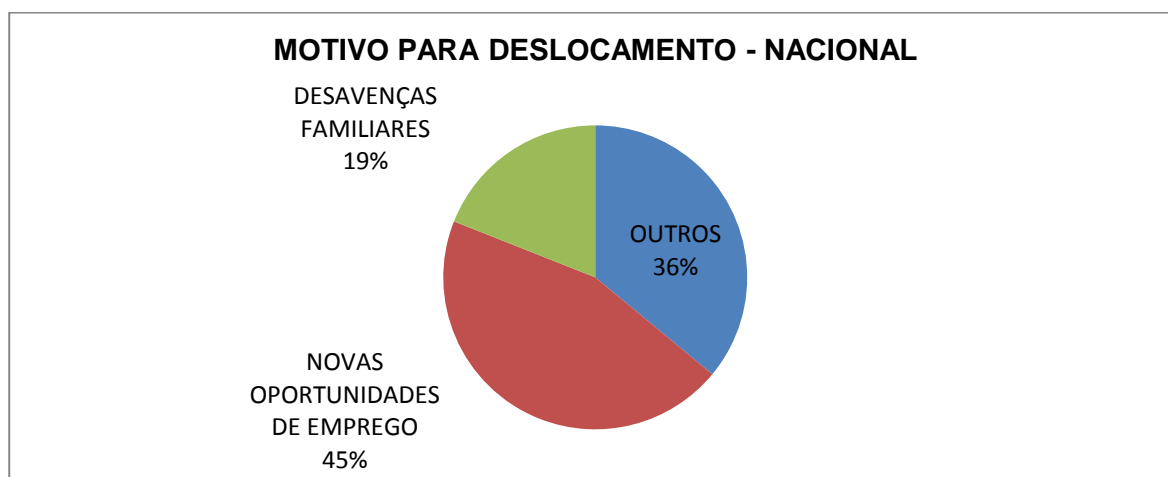


Gráfico 4: Motivos para deslocamento da População em Situação de Rua. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008

Conforme o Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de Rua, na cidade de Fortaleza, segunda etapa da pesquisa divulgada em 2015, quase a metade dos moradores em situação de Rua (48,1%) apontou problemas familiares como o motivo de estar nesta condição.

A segunda maior condição para estar na rua, segundo a pesquisa, é o envolvimento com drogas, conforme apontaram 26,2% dos entrevistados. Em relação aos que já vivem na rua, 79,8% admitiram usar alguma droga, sendo 45,4% álcool; 36,1%, crack; 16,4%, maconha; 6%, cocaína e outras 6%. O perfil aponta que a maioria é do sexo masculino (79,8%), parda (62,4%) e solteira (68,5%).O

levantamento afirma, ainda, que 28,9% estão nas ruas há mais de cinco anos, 27% não possuem documentos e 71,4% têm alguma atividade remunerada, com mais da metade (53,9%) tendo ganho mensal acima de R\$ 100,00.

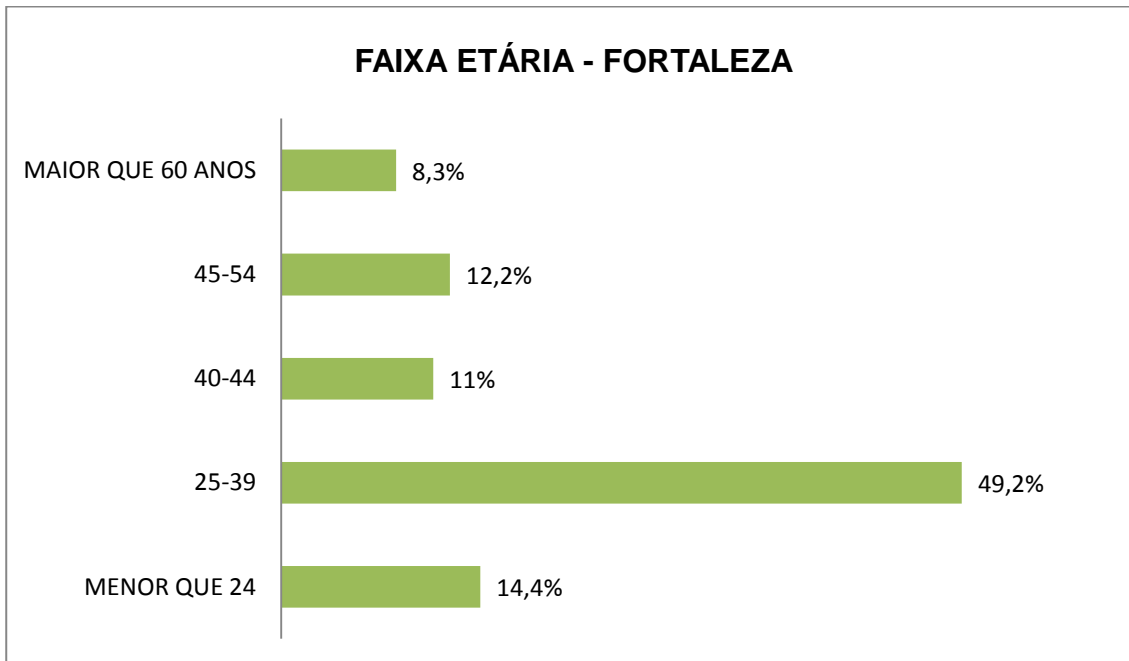


Gráfico 5: Faixa etária Fonte: Prefeitura de Fortaleza.

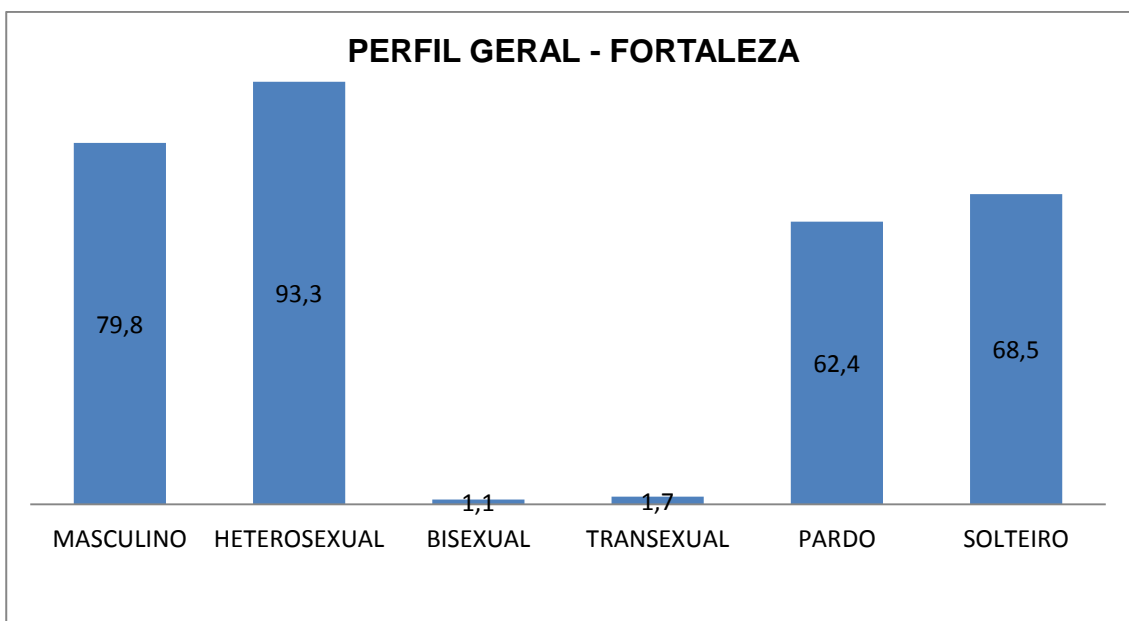


Gráfico 6: Perfil geral Fonte: Prefeitura de Fortaleza.

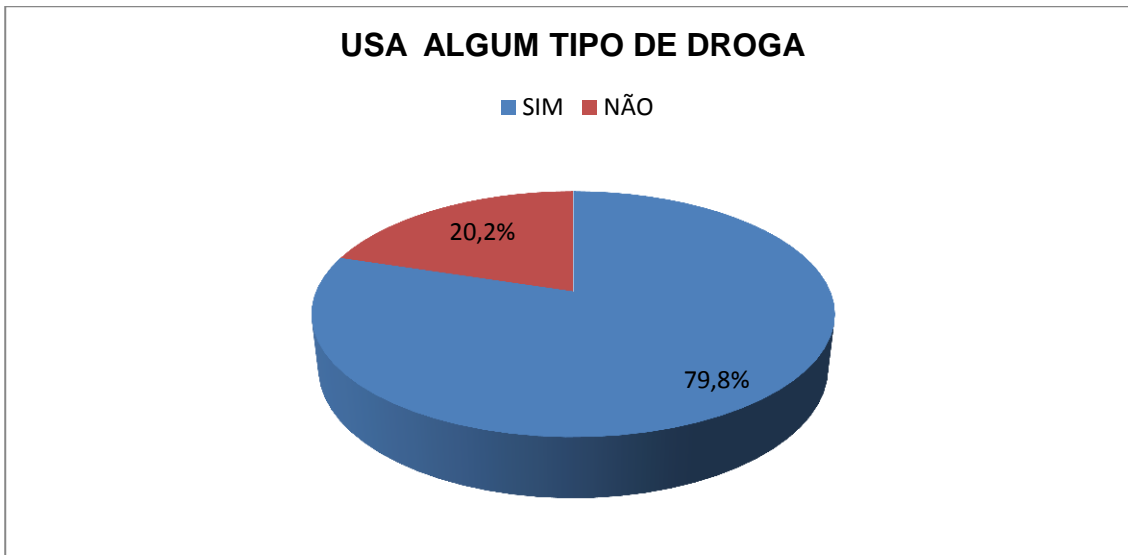


Gráfico 7: Usa algum tipo de droga. Fonte: Prefeitura de Fortaleza

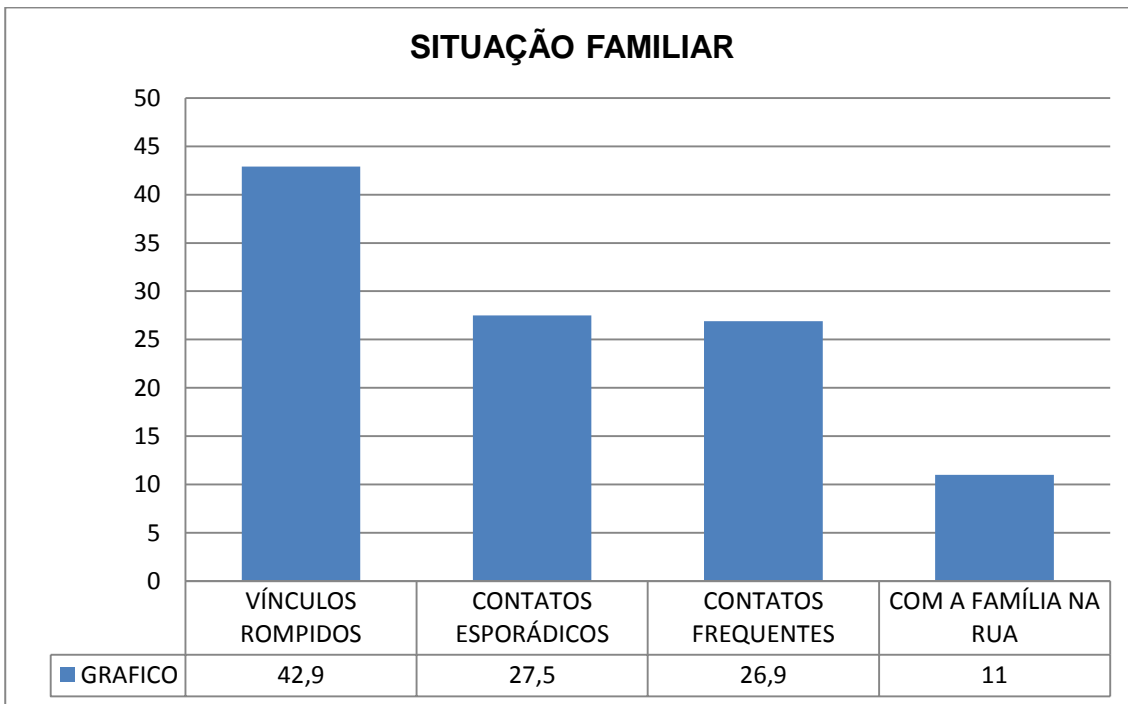


Gráfico 8: Situação familiar. Fonte: Prefeitura de Fortaleza

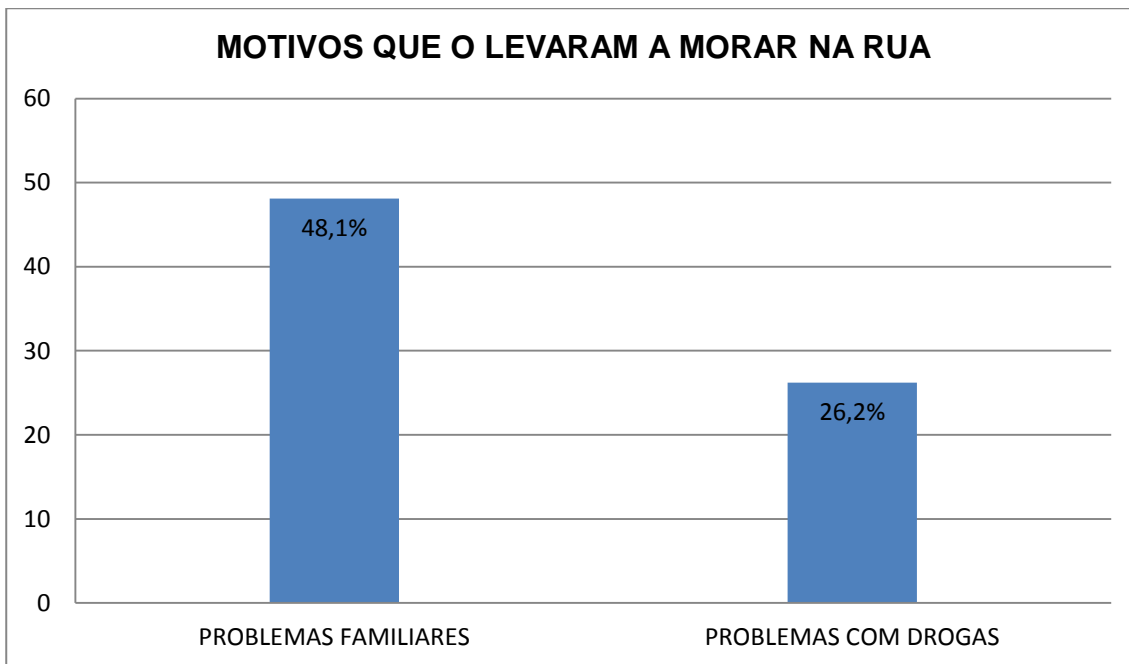


Gráfico 9: Motivos que o levaram a morar na Rua. Fonte: Prefeitura de Fortaleza

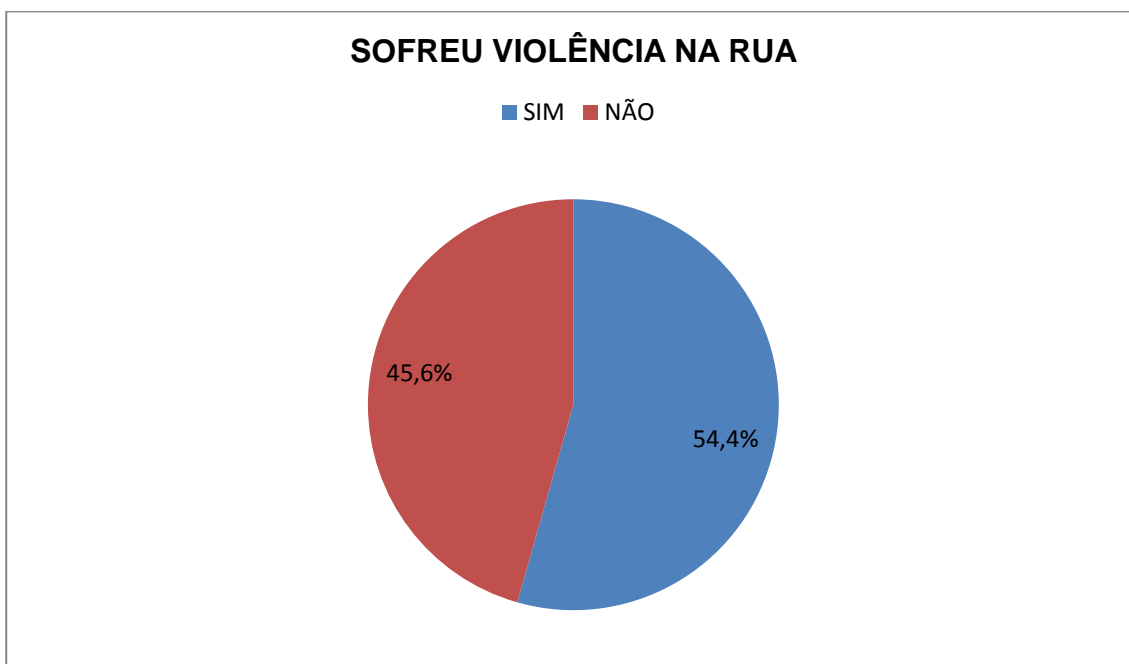


Gráfico 10: Sofreu violência na Rua. Fonte: Prefeitura de Fortaleza

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas podem ser definidas como princípios e diretrizes que guiam as ações do poder público, direcionadas a satisfazer as demandas sociais, sendo submetidas às regras e procedimentos definidos em documentos que orientam a aplicação dos recursos públicos definidos pela política. Teixeira (2002, p. 2) as define como:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

A elaboração de uma política pública envolve mais do que pareceres técnicos ou pesquisas junto à sociedade para identificação das demandas. Deve haver o equilíbrio entre o que a sociedade espera que seja feito, o que se planeja fazer em relação a uma determinada necessidade e o que efetivamente pode ser feito pelo poder público.

A integração entre os atores sociais é imprescindível para que uma política seja legitimada e possa obter êxito, tanto na sua implantação quanto na sua manutenção ao longo dos anos. A política pública deve ser pensada de maneira a harmonizar as necessidades sociais com os recursos disponíveis e com os operadores das políticas.

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

Essa definição é um passo importante na formulação da política. A escolha dos profissionais é de extrema importância, pois deve levar em conta não apenas a

identificação política entre os envolvidos, mas também o preparo técnico, a experiência em determinada área relacionada à política a ser desenvolvida e a relação entre esses personagens e a sociedade.

A fiscalização das políticas públicas pelos diversos segmentos sociais é importante, tanto para o controle dos recursos aplicados quanto para promover a continuidade da política. Segundo Maria das Graças Rua (2009, p. 36)

As políticas públicas ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política, marcada por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia.

Os objetivos principais das políticas públicas são atender as demandas sociais, especialmente as que se destinam às necessidades da população menos favorecida economicamente; concretizar os direitos de cidadania; promover o desenvolvimento social; criar oportunidades de geração de emprego e renda, através de políticas sociais e de incentivos fiscais; mediar os conflitos entre os diversos setores da sociedade e o poder público e fazer com que, através da Gestão Participativa, a sociedade possa, além de participar da elaboração da política, também discutir os pontos de interesse na política, não deixando as decisões apenas nas mãos dos gestores, para que assim possam fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à mesma.

A natureza das políticas públicas as torna um processo dinâmico, no qual existem diversos tipos de negociações, pressões, mobilizações, alianças ou junção de interesses. Abrange a concepção de uma agenda que pode ou não refletir os interesses dos diversos setores da população, dependendo do grau de mobilização da sociedade civil e do grau de institucionalização dos mecanismos que viabilizem a sua participação.

Esse processo dinâmico do qual resultam as políticas públicas não se retraem em presença das disputas entre os diversos segmentos sociais e políticos, mas se fortalecem a partir dele. Pedro Demo (2000) faz uma análise da política social de forma clara e contundente ao afirmar que “Toda política social que promove o

parasitismo, degrada tanto a quem recebe quanto a quem a mantém” (DEMO, 2000, p. 36).

Com isso, quer dizer que a política social, em vez de dar condições para que o indivíduo possa se libertar de sua inércia e passar a fazer parte do mercado de trabalho, crie mecanismos de dependência do indivíduo para com as políticas assistencialistas. Sendo assim, não é uma política eficiente, voltada para promover a melhoria social.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, por seu caráter único de especificidade, deveria ser integrada, especialmente, às políticas de saúde e trabalho, para que possa atingir o maior número possível de pessoas e ajudá-las a reestruturar suas vidas.

O ciclo das políticas públicas envolve definição das necessidades, debates sobre os temas apresentados, discussão sobre as formas de elaboração das políticas e, finalmente, definição sobre como as políticas devem ser implantadas e acompanhadas pela sociedade.

As políticas públicas podem ser modificadas a partir de alterações no seu conteúdo e na sua metodologia, devendo essas alterações ser feitas na composição do poder político e através da mobilização social, das ações coletivas, do debate público de alternativas e de proposições validadas a partir de um consenso que envolva interesses corporativos e setoriais.

O I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ocorreu em 2005, objetivando debater propostas que auxiliassem a construção de uma política pública voltada para esse segmento da população.

Esse encontro teve a participação de 55 pessoas, das quais 34 representavam 12 capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes. Dentre esses participantes, havia 12 representantes de governos municipais, 12 representantes de organizações não governamentais e 10 representantes de fóruns ou entidades de população em situação de rua, das cidades selecionadas a partir de critérios pré-estabelecidos (São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Londrina, São Luis, Vitória, Fortaleza, Porto Alegre e Brasília), além

de 05 especialistas no tema, que assessoraram a coordenação do evento e 17 representantes das diversas secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Esse encontro foi o marco inicial para a elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

2. POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

No ano de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) propõe o debate e inclui em sua agenda a formulação de políticas públicas voltadas especificamente para a população em situação de rua, passando a convidar representantes de vários municípios e entidades não governamentais que trabalham com esse segmento populacional, com a finalidade de aprimorar os conceitos e traçar Políticas Públicas de âmbito nacional sob o foco da assistência social.

Com a publicação do Decreto nº 7.053/2009, institui-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua, cujo arcabouço legislativo também criou de modo a efetivar sua implementação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua.

Segundo o Decreto Presidencial acima citado, a Política Nacional para a População em Situação de Rua deverá ser implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio, sendo que os Municípios que aderirem a essa política deverão instituir seus próprios comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua.

A Política Nacional Para a População em Situação de Rua foi desenvolvida a partir do I Encontro Nacional sobre população em situação de rua, realizado pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome, e ocorreu em 2005, objetivando debater propostas que auxiliassem a construção de uma política pública voltada para esse segmento da população. Foram discutidas, em conjunto com os movimentos sociais representativos desse segmento social, as estratégias, os desafios e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas para essa parcela da população e da realização da Pesquisa Nacional, que colocou em números a situação sobre a população em situação de rua no Brasil.

Nas discussões sobre o tema, foi destacada a importância da realização de estudos que pudessem quantificar e permitir a caracterização socioeconômica, de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a tal público. Buscaremos mostrar, através de uma breve análise, o que foi estabelecido na Política Nacional Para a População em Situação de Rua, quais são, de fato, as diretrizes estabelecidas por essa política para que elas se integrem às outras políticas públicas já existentes, além de analisar se tem sido cumprindo o que foi estabelecido no decreto 7.053 de dezembro de 2009.

A referida política estabelece, através de seus princípios, diretrizes e objetivos, a integração entre as políticas públicas federais, estaduais e municipais e as ações desenvolvidas pela sociedade, de forma que elas atuem juntas e voltadas para esse segmento. Estabelece também ser possível firmar parcerias com entes privados e públicos, conforme o artigo quarto dessa Política:

Art 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua (DECRETO 7.053, 2009).

Para compreender a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, é importante saber quais os seus princípios e diretrizes. Os princípios dessa política são:

I Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos. II Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. III Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade. IV Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória. V Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos

sociais em relação à população em situação de rua (DECRETO 7.053, 2009).

De acordo com os princípios do Decreto nº 7.053/2009, é fundamental garantir os direitos, respeito e dignidade do cidadão que esteja em situação de rua, bem como respeitar as diferenças, sejam elas quais forem, não o discriminando. Infelizmente, na realidade atual, o preconceito às pessoas em situação de rua ocorre com bastante frequência e fica até difícil de acompanhar, pois muitos já estão até “acostumados” a sofrer preconceito e não denunciam porque não têm noção do seu direito enquanto cidadão e não sabem a quem recorrer. É importante deixar essas pessoas cientes dos seus direitos quando procuram atendimento nos Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua.

As diretrizes definidas para a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua são:

I Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua. II Complementaridade entre as políticas do Estado e as ações públicas não estatais de iniciativa da sociedade civil. III Garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça. IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado. V Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua. VI Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua. VII Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua. VIII Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade. IX Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da auto-estima e a reorganização dos projetos de vida. Os princípios dessa política são convencionáveis a qualquer política, seja ela voltada para a sociedade dita tradicional, seja para a população em situação de rua (DECRETO 7.053, 2009).

Os princípios são voltados para garantia dos direitos da pessoa humana, e as diretrizes da política são mais voltadas para as necessidades próprias dessa

população, reveladas pela Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua e discutidas no Encontro Nacional.

Os dados obtidos na pesquisa revelam que a necessidade mais básica a ser resolvida pelo poder público diz respeito à saúde. Pois embora a habitação seja a mais óbvia das necessidades, a pesquisa revelou que mais da metade (51,9%) possui parentes na cidade e isso indica que, teoricamente, eles possuem um lugar onde poderiam morar. Sendo que também existem abrigos nas cidades pesquisadas, os quais podem oferecer um lugar para a permanência dessas pessoas enquanto elas não encontram um abrigo permanente. Contudo, 46,5% dos pesquisados revelaram preferir dormir na rua.

Esses dados confirmam a afirmação que foi relatada no início da pesquisa, que diz respeito à escolha individual de cada um de permanecer morando nas ruas, apesar de supostamente terem um lugar onde poderiam morar para que não ficassem nas ruas e assim vulneráveis e sujeitos a todos os tipos de violências.

Isso faz com que a política habitacional a ser desenvolvida a partir das diretrizes da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua deva ser relacionada a uma conscientização da necessidade de trocar o que eles denominam “a liberdade da rua” por uma habitação mais convencional, que ofereça segurança, higiene e abrigo permanente.

Em 2005, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi alterada por meio da Lei n 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005, que incluiu a obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua. A partir dessa nova legislação, o poder público municipal passou a ser responsável por manter serviços e programas de atenção à população de rua e a garantir atendimento às necessidades básicas e proteção, além da concretização dos chamados mínimos sociais e da preservação dos direitos de cidadania para esse segmento social.

Sposati destacou 10 desafios a serem enfrentados pela Assistência Social no Brasil, no texto “Seminário Política de Assistência Social: Novos Desafios”, relativo ao seminário realizado pela FUNDAP em junho de 2009, no qual foi discutida a Lei Orgânica da Assistência Social. Dentre esses, destaca-se o primeiro, no qual a autora afirma que se deve assegurar o estatuto da Assistência Social no Brasil pelo:

Fortalecimento da construção nacional da gestão da política rompendo com o velho paradigma fragmentador em segmentos e introduzindo as proteções sociais básicas e especiais e consolidando um campo específico de atenções através de serviços e benefícios cujo acesso é consolidador de direitos sociais e não só humanos (SPOSATI, 2009, p.4)

É possível observar que a preocupação da criação de políticas públicas integradas também é uma preocupação da assistência social. A integração das diversas políticas públicas torna-se um desafio na medida em que é necessário primeiro que elas se integrem para alcançar não apenas um número maior de pessoas, mas também para abranger o máximo possível das necessidades dessas pessoas.

A articulação entre as diversas políticas oficiais já existentes e a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua está prevista na redação da própria política, logo no início, como podemos ler a seguir:

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio (DECRETO 7.053, 2009).

A articulação entre os diversos ministérios, também definida pelo decreto, é importante para que haja um suporte oficial à Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua, já que ela por si só não é uma política de aplicação específica, e sim uma política integradora de determinado segmento da população a outras políticas existentes.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito: I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará; II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; III - Ministério da Justiça; IV - Ministério da Saúde; V - Ministério da Educação; VI - Ministério das Cidades; VII - Ministério do Trabalho e Emprego; VIII - Ministério dos Esportes; e IX - Ministério da Cultura (DECRETO 7.053, 2009)

Essa articulação deverá ser feita através do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que foi estabelecido no artigo 9º.

3. CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em unidade de referência de Média Complexidade, de natureza pública e estatal.

Diferente do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), que atua com diversos públicos, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, e oferta, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para essa categoria.

O Centro POP é um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

Em Fortaleza, funcionam dois Centros POP localizados na Avenida da Universidade, nº 3215, Benfica, CEP: 60020-181, e outro localizado na Rua Antônio Pompeu, nº134, Centro, CEP: 60040-000. Os equipamentos funcionam de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas, sob a administração da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA).

Os serviços oferecidos pelo Centro POP são: inclusão no Cadastro Único⁵ para Programas Sociais, como o programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e

⁵**Cadastro Único** para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

aluguel social.É possível também o encaminhamento para abrigo ou casa de passagem entre outros serviços.

Os moradores de em situação de rua em Fortaleza podem fazer a higiene pessoal diariamente no Centro Pop, lavar roupas, guardar seus pertences em armários individualizados, fazer refeições e participar de oficinas e grupos temáticos.Também é possível usar o equipamento como referência de endereço, além de ter atendimento especializado por profissionais que auxiliem na resolução das demandas como orientação jurídica e encaminhamentos para 2º via de documentos e outros serviços.

A equipe de profissionais que compõem o Centro POP é de assistente social, psicólogo e advogado para atendimento inicial e encaminhamentos de acordo com a demanda apresentada. Há ainda um educador social que atua nas oficinas e na equipe de abordagem de rua. Cozinheiros, auxiliar administrativo, recepcionista e seguranças também compõem o quadro.

O Censo SUAS 2016⁶ está disponível no site do MDS e tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações constantes do cadastro da assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social, como dispõe o Decreto 7.334, de 19 de outubro de 2010. Através dos dados disponíveis é possível obter informações atualizadas sobre os serviços oferecidos pelo CENTRO POP a nível nacional.

3.1 EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO POP

A oportunidade de pesquisar sobre o tema em questão surgiu através do Estágio Supervisionado Obrigatório II realizado no Centro POP do centro de Fortaleza, localizado na Rua Antônio Pompeu, nº134, Centro,CEP: 60040-000. Ele ocorreu no período de agosto a dezembro de 2014.

⁶O Censo SUAS 2016 está disponível no site do mds.gov.br

Sob a supervisão da assistente social, obtive um grande aprendizado e desejo de conhecer melhor o fenômeno da População em Situação de Rua e efetivação dos direitos, pois acompanhei os serviços oferecidos pelo Centro POP e percebi que, assim como todos os cidadãos comuns, as pessoas em situação de rua também têm os seus direitos estabelecidos por Lei e que através do Centro POP é possível ter acesso a essas Políticas Públicas especificamente voltadas para Pessoas em Situação de Rua, de acordo com o Decreto nº 7.053/2009.

Durante os cinco meses em que frequentei o local como estagiária, acompanhei de perto os serviços oferecidos e o perfil das pessoas que procuram o atendimento do Centro POP e alguns casos me chamaram atenção. Citarei aqui alguns atendimentos que acompanhei no acolhimento como ouvinte, famílias inteiras morando nas ruas de Fortaleza por não terem trabalho e renda fixa para pagar aluguel e também por não quererem retornar à casa dos pais. Eram atendimentos constantes no equipamento.

Muitos jovens que devido a conflitos familiares preferem morar nas ruas a voltarem para suas casas, na maioria das vezes são jovens envolvidos com drogas ou álcool. De todos os acontecimentos durante o período que estagiei no Centro POP, o que mais chamava atenção e era comum no acolhimento, era pessoas em situação de rua que tinham a oportunidade de voltar para casa da família, ou seja, um lar onde poderiam dormir tranquilos sem o medo de sofrer as violências que as ruas de Fortaleza oferecem. Mas, ao contrário, do que muitos pensam, eles preferiam continuar em tal situação, sendo que muitas vezes preferiam até continuar dormindo nas praças a ter que ficar no abrigo ou casa de passagem, pelo fato de que estando no abrigo teriam que seguir as regras de convivência do local.

Dos muitos serviços que o Centro POP oferece, está entre eles a oportunidade de serem encaminhados para abrigos temporários, mas, como foi visto, alguns não queriam voltar para casa, muitos também não se adaptavam com as regras estabelecidas pelos abrigos e acabavam voltando às ruas, pois morando nas ruas eles tinham a liberdade de ir e vir quando quisessem, de usar drogas e álcool, entre outras coisas, e no abrigo existiam regras a serem cumpridas.

Eram essas regras: horário de entrada e saída do local, não entrar no abrigo sob efeito de drogas ou afins e ter bom comportamento, requisitos para que possam permanecer no local pelo prazo máximo de seis meses.

Além dos serviços mencionados acima, o centro pop trabalha interligado a outros equipamentos, como o Caps Álcool e Drogas, o Caps Geral, posto de saúde, CRAS e CREAS, fazendo assim o devido encaminhamento de acordo com a demanda apresentada.

Chegando ao Centro POP, tem-se acesso ao pátio onde participam de oficinas, podem utilizar os banheiros para higiene pessoal, bem como têm acesso à alimentação aqueles que participam das oficinas. Geralmente tem uma quantidade específica para o café da manhã e o almoço e, no final da tarde, é oferecido um lanche, geralmente uma sopa.

As pessoas que procuram os serviços do Centro POP têm acesso ao cadastro do Bolsa Família, cadastro no programa Minha casa Minha vida, aluguel social, encaminhamento para abrigos ou casa de passagem, encaminhamento para tratamento no Caps geral e AD, passagens para retornarem às suas respectivas cidades, orientação jurídica e encaminhamento para obterem a segunda via de documentos.

A experiência que adquiri no Centro POP foi bem produtiva, pois sob a supervisão e delegação da minha orientadora de campo atuei efetivamente fazendo encaminhamentos para os devidos equipamentos, de acordo com a demanda apresentada, entrando em contato para solicitação de abrigo ou casa de passagem, entre outras orientações. Por isso, o interesse em abordar o tema mais profundamente.

3.2 DADOS DA PESQUISA DE CAMPO NA SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTOS SOCIAL E COMBATE À FOME (SETRA)

De acordo com dados da última pesquisa feita pela Prefeitura de Fortaleza, no ano de 2014 existiam cerca de mil setecentos e dezoito pessoas morando nas

ruas de Fortaleza, entre homens, mulheres e crianças vivendo em tal situação que, de acordo com estudiosos, os motivos que levam as pessoas a ficarem em situação provisória ou permanente nas ruas são vários, que vai de desavenças familiares a desemprego e falta de renda fixa para arcar com pagamento de aluguel.

Com o objetivo de conhecer o que a prefeitura de Fortaleza tem feito para colocar em prática o Decreto nº 7.053/2009, realizou-se visita junto ao equipamento que é porta de entrada para acesso às políticas específicas para esse grupo populacional, para entender o funcionamento e a demanda de cada um. A visita técnica para pesquisa de campo foi no Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua, localizado no Bairro Benfica em Fortaleza-CE. Foi solicitado à SETRA autorização para pesquisa de campo, através de ofício encaminhado ao Sr. Secretário Elpídio Nogueira, nº do processo: p691614/2017.

Após autorização da pesquisa, compareci à SETRA para agendamento da entrevista a fim de obter maiores informações sobre as Políticas Públicas para esse seguimento populacional. Direcionada ao setor responsável, fui encaminhada ao Centro POP Benfica para falar com a assistente social que é referência no que diz respeito a pessoas em situação de rua e que segundo a equipe trabalha com essa temática desde o início da implantação da Política em Fortaleza.

Pode-se perceber, através da pesquisa de campo, que é uma estrutura de médio porte, mas que atende ao objetivo de maneira prática. O local é composto por algumas salas de atendimento individual, tem um pequeno pátio onde os usuários passam a maior parte do tempo em oficinas educativas ou fazendo suas necessidades básicas, como lavar roupas ou até mesmo descansar, além de ter uma cozinha pequena onde são feitas as refeições e, no andar superior, há mais salas para atendimento.

O presente estudo trata de uma pesquisa qualitativa, com a realização de pesquisas bibliográficas e documentais com o objetivo de conhecer as Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua na cidade de Fortaleza –CE, através de entrevista semiestruturada com assistente social, que é referência nessa temática. Obtivemos maiores informações sobre os serviços oferecidos pelo Centro POP e os novos projetos da prefeitura para esse seguimento populacional.

A assistente social entrevistada já trabalhou na gestão da SETRA na área específica que trata as políticas para pessoas em situação de rua e atualmente está atuando no Centro POP do Benfica, que é referência nessa temática, pois, segundo informações da SETRA e confirmação da própria, a mesma trabalha com esse seguimento populacional desde o início da implantação da Política da Assistência Social em Fortaleza, no ano de 2005.

A entrevista foi feita com base em um questionário contendo cinco perguntas, mas deixando o entrevistado discorrer livremente sobre o tema em questão. Assim foi possível conhecer o percurso da implantação da Política para População em Situação de Rua em Fortaleza.

Segundo a assistente social entrevistada do Centro POP:

O projeto municipal vem tentando seguir as diretrizes nacionais desde sempre e que em determinados momentos houve até uma antecipação das normativas nacionais, pois o trabalho com a população de Rua em Fortaleza iniciou-se no final de 2005, início de 2006 através da Secretaria Executiva Regional II, onde o trabalho principal era de abordagem de Rua com a finalidade de identificação dessas pessoas e quais seriam suas demandas.

Como mencionado pela entrevistada, a prefeitura de Fortaleza se antecipou no que diz respeito a políticas para pessoas em situação de rua, pois o primeiro encontro Nacional sobre População em Situação de Rua realizado pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) aconteceu em 2005, com o objetivo de debater propostas que auxiliassem na construção de Políticas Públicas voltadas especificamente para esse seguimento populacional, sendo que nesse mesmo ano a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi alterada por meio da Lei nº 11.258/05, que incluía a obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua. Verifica-se, então, que desde o início da construção dessas políticas Fortaleza sempre esteve buscando acompanhar as diretrizes nacionais.

Ainda de acordo com a profissional:

Na época esse trabalho era desenvolvido pela Secretaria de Educação e Assistência Social e que através dessa coordenadoria foi contratado uma

consultoria e montado um GT (grupo de trabalho) que envolvia vários órgãos da Prefeitura, como forma de criar uma política transversal para população em situação de rua e algumas entidades que já faziam esse trabalho em Fortaleza.

Através dessa consultoria, foram realizadas visitas nesses locais que já desenvolviam esse tipo de trabalho, como a toca de Assis, pastoral do povo da Rua e o grupo espírita Casa da Sopa. É importante ressaltar que até hoje esses locais continuam desenvolvendo esse trabalho social. Foi citado também que a comunidade católica Shalom possui um trabalho de acolhimento de pessoas em situação de Rua.

Podemos observar que o trabalho de implantação dessas políticas foi pensado em conjunto entre a equipe da Prefeitura e os locais que já desenvolviam um trabalho social com esse grupo populacional, bem como as pessoas em situação de Rua, para que assim fossem desenvolvidas políticas com o propósito de corresponder à demanda apresentada.

Segundo Iracema Machado:

Esse trabalho se iniciou de uma forma mais concreta em Novembro de 2007 através do Centro de Atendimento à População de Rua, que foi o primeiro equipamento de Fortaleza destinado à População em Situação de Rua. Esse centro oferecia os cuidados básicos, como banho, lavagem de roupas, alimentação, que estava atrelada à participação nas oficinas de arte e educação, socioeducativas e oficinas técnicas. Contavam também com uma equipe de abordagem de Rua que fazia o serviço de identificação dessas pessoas e tentava aproximar o serviço do CAPR ou até mesmo levar esses serviços até essas pessoas. Posterior ao CAPR foi criado um espaço de acolhimento noturno, onde os usuários utilizavam apenas para pernoite, pois se entendia que os mesmos tinham seus trabalhos durante o dia, mas que no momento não tinham condições de se manter em um local fixo pagando aluguel, ou seja, era algo passageiro. Esse GT (grupo de trabalho) que pensava políticas públicas para pessoas em Situação de Rua envolvia algumas Secretarias, pois o foco era na transversalidade dentro da temática. Participavam desse GT a Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria de habitação que na época era uma fundação "Habitafor".

Segundo a entrevistada, atualmente cada uma dessas secretarias possuem políticas que foram desenvolvidas especificamente para pessoas em situação de Rua, dentro de cada especificidade.

Analisando as informações aqui apresentadas sobre o surgimento e implantação das políticas públicas para Pessoas em Situação de Rua, em Fortaleza, chegamos à conclusão de que foi um processo pensado e articulado com a finalidade de corresponder às demandas apresentadas e, de acordo com a entrevistada, foi um processo embasado pela Política Nacional da População em Situação de Rua, através do Decreto nº 7.053/2009. Pois através dessa Política Nacional se conceituou esse seguimento populacional e foi possível desenvolver um trabalho específico dentro de cada secretaria, norteando os trabalhos de cada política setorial no âmbito nacional.

Sobre qual o papel da SETRA no que diz respeito à efetivação dos direitos das Pessoas em Situação de Rua em Fortaleza, segundo a entrevistada:

“A SETRA tem todo o papel de administração e orientação teórica das atuações no centro POP”.

Sobre as Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua oferecidas pela Prefeitura de Fortaleza, a entrevistada respondeu que:

São muitas as políticas, como já mencionado acima, pois cada setor possui uma política criada especificamente para esse seguimento populacional, ou seja, a saúde, educação, habitação, cada um possui uma política específica voltada para Pessoas em Situação de Rua embasada na Política Nacional. Na área da assistência social, que é o foco do meu estudo, podemos citar o centro POP e todos os serviços oferecidos pelo equipamento como porta de entrada para essas políticas, fazer inclusão no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), fazer inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO), inclusão no Bolsa Família, entre outros que já estão inclusos no CADÚNICO.

Ao ser perguntada sobre quantos Centros POP existem em Fortaleza, casa de passagem, abrigo e albergues, a profissional respondeu:

Existem dois centros POP, como já mencionado, um localizado no Benfica e o que estava localizado no Centro que está fechado por tempo indeterminado, pois o imóvel era alugado e o proprietário não quis renovar o contrato de locação, portanto atualmente está funcionando apenas um equipamento de Atendimento Especializado a Pessoas em Situação de Rua. Fortaleza possui uma casa de passagem, um acolhimento para homens, um acolhimento para mulheres e famílias e uma pousada social para pernoite que acolhe homens e mulheres, tudo financiado pela Prefeitura e dentro da Política de Assistência Social.

Em relação aos dados estatísticos sobre pessoas em situação de rua em Fortaleza, no que diz respeito a sexo, idade e motivos que os levam a morar nas ruas, tem-se a partir dos dados:

Dados detalhados no Item 1.3 de acordo com os dados obtidos pelo último censo realizado pela prefeitura de Fortaleza no ano de 2014 consideram que havia cerca de 1.718 pessoas em situação de rua em Fortaleza.

No que diz respeito aos desafios para efetivação dos direitos da população em situação de rua, a entrevistada ressaltou que:

A prefeitura de Fortaleza vem sempre avançando em termos de estruturas, programas e projetos para atender à demanda, os desafios são muitos, é importante o trabalho coletivo para que se tenha uma atuação mais efetiva. Trabalhar com esse grupo populacional já é um grande desafio, pois são pessoas que estão em estado de vulnerabilidade social e que muitas vezes já perderam até a perspectiva de vida e acabam naturalizando o problema. Por isso é necessário um trabalho em conjunto, tanto das secretarias e de suas políticas setoriais, quanto da sociedade em si.

Diante do exposto e com base na experiência de estágio no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, pode-se concluir que de fato a Prefeitura de Fortaleza tem procurado desenvolver um trabalho específico que foi pensado pelos profissionais da área com o intuito de responder às demandas da população em situação de rua, e que a implantação dessa política ocorreu em Fortaleza, bem no início, com a Política de Assistência regulamentada pela LOAS e posteriormente com a publicação do Decreto 7.053/2009, onde foi conceituado o fenômeno População em Situação de Rua, trazendo os princípios e diretrizes e embasando todas as políticas setoriais específicas para População em Situação de Rua.

Através do Centro POP, pode-se ter acesso às políticas voltadas para esse seguimento populacional no âmbito da assistência social. Mas, será que na prática essa política funciona assim como mandam os seus princípios e diretrizes? Através da observação no campo de estágio foi possível perceber que apesar de todos os equipamentos e serviços oferecidos pela prefeitura de Fortaleza, a demanda por procura de benefícios como abrigos e programas sociais, como o aluguel social, era maior que a oferta de vagas, e que a alimentação estava atrelada à participação do usuário nas oficinas. Questiona-se, no entanto, a condição dos usuários que

possuem emprego, mesmo que informal e que não se localizam próximo ao equipamento: como fazem para se alimentar. É necessário pensar políticas mais abrangentes e rever as condicionalidades, que são muito importantes, pois, quando se trata desse seguimento populacional, fica difícil trabalhar com regras fechadas.

Sabemos que quando se trata de políticas sociais, o Estado neoliberal sempre é mínimo em participação. As verbas voltadas para esse seguimento são menores do que a demanda e podemos perceber isso quando a entrevistada informa que atualmente a prefeitura está com um novo projeto denominado “Novos Caminhos”, que tem a finalidade de qualificar pessoas para o mercado de trabalho com cursos de iniciação profissional e que as pessoas que participam desse projeto têm a oportunidade de conseguir um auxílio moradia, mas que não abrange a todos os participantes. Ou seja, apenas uma pequena parcela do grupo terá direito ao benefício.

Do mesmo modo, o funcionamento do Centro POP é de segunda a sexta, no horário comercial de 8:00 da manhã às 17:00 horas, sendo que nos finais de semana os indivíduos que não conseguiram vaga no abrigo ficam nas ruas sem ter acesso a um espaço para higiene pessoal e alimentação. Sabemos que trabalhar com esse grupo populacional é um desafio e que também existem aqueles que optaram por permanecer morando nas ruas, mesmo tendo família, mas é importante repensar essas regras e implementar políticas mais abrangentes e menos exclusivas, para que assim a Política Nacional para População em Situação de Rua seja de fato executada como estabelecem os seus princípios e diretrizes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao dar início ao estudo do tema por meio de leituras referente à formação do fenômeno denominado população em situação de rua, identificamos que esse teve origem na sociedade europeia com a “expropriação dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados” (SILVA, 2009, p. 96), para atender às necessidades do capitalismo industrial que começava a surgir. Hoje,

constitui uma expressão da questão social e está ligado ao desenvolvimento do sistema capitalista em sua fase industrial.

Conforme os dados apresentados neste trabalho é possível compreender que o fenômeno população em situação de rua é uma expressão da questão social que atinge pessoas de diferentes idades e com variados graus de instrução, que exercem ou exerceram alguma profissão, mas que por algum motivo em determinado momento de suas vidas ficaram em situação de rua, vivendo em condições de pobreza extrema. Ou seja, é uma realidade que atinge pessoas com particularidades variadas.

Através da pesquisa, foi possível conhecer os fatores que levam as pessoas a ficarem em situação de rua, com dados estatísticos a nível nacional, através do Censo 2008, e a nível municipal, com a pesquisa disponibilizada pela Prefeitura de Fortaleza no ano de 2014.

É possível perceber que a conquista das políticas públicas não significa de imediato a sua efetivação, como mostram os dados, pois teve o seu primeiro encontro em 2005, no qual foi proposto o debate para formulação de Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua, através do MDS e sob o foco da assistência social. Contudo, somente em dezembro de 2009 foi assinado o Decreto 7.053/2009 com a finalidade de embasar as políticas públicas para esse seguimento populacional.

Portanto, diante do exposto, é necessária a luta diária e coletiva dos sujeitos que estão em situação de rua para que os serviços oferecidos a essas pessoas venham de fato ser efetivados, de acordo com os princípios e diretrizes da Política Nacional para População em Situação de Rua. A efetivação das políticas públicas não acontece somente por iniciativas governamentais, mas também é fruto da luta coletiva da população em situação de rua por meio de sua organização política e de movimentos sociais que militam junto a esse público, com o objetivo de que seus direitos sejam garantidos na prática.

Um dos objetivos da pesquisa era identificar quais as políticas públicas existentes em Fortaleza direcionadas à população em situação de rua. Para isso, realizamos a pesquisa bibliográfica e documental e, posteriormente, a pesquisa de

campo para, dessa forma, alcançar os objetivos propostos. Outro objetivo era de compreender o fenômeno População em Situação de Rua, fazendo uma análise sobre a origem e os dias atuais, identificando e analisando os projetos existentes e os equipamentos que oferecem atendimento especializado para População em Situação de Rua. É importante ressaltar que todos os objetivos da pesquisa foram alcançados.

A partir de todas as informações coletadas através das pesquisas bibliográficas e da entrevista semiestruturada com a assistente social, que atualmente atua no Centro POP do Benfica e participou da implementação da Política para População em Situação de Rua em Fortaleza-CE desde o início, no ano de 2006, através da Secretaria de Educação e Assistência Social, conseguiu-se alcançar os objetivos propostos.

Através de todas as informações coletadas, pode-se notar que, embora exista uma rede de equipamentos que executam políticas públicas, como estabelece a política nacional, direcionadas a essas pessoas, o serviço ofertado não atende à grande demanda que cresce a cada dia. É possível identificar que, apesar de todo trabalho desenvolvido pelos profissionais nos equipamentos, mesmo assim não se consegue alcançar todos esses objetivos.

Com base nos dados obtidos, podemos perceber que a cidade de Fortaleza vem executando a política nacional através da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA). Atualmente, a rede é composta por dois Centros Pop, sendo que um deles, o que estava localizado no centro da cidade, está fechado por tempo indeterminado, pois, segundo a entrevistada, o dono do imóvel não quis renovar o contrato de aluguel.

É possível também que os usuários do Centro POP tenham acesso a vários serviços, como encaminhamento para abrigos, retiradas de documentos, cadastros em programas do governo, alimentação e higiene pessoal, além do trabalho da equipe de abordagem de rua, como já mencionado.

É importante ressaltar que o Centro POP do Benfica ficou com toda a demanda do equipamento que fechou. Em relação aos dados estatísticos do ano de 2014, constatou-se que, atualmente, vivem nas ruas de Fortaleza mais de 1.718

peessoas, ou seja, tal oferta não responde à crescente demanda e, por isso, é possível ver pessoas na lista de espera por vagas em abrigos.

Apesar do novo projeto disponibilizado pela Prefeitura, denominado de “Novos Caminhos” e desenvolvido em parceria com o Centro de Referência sobre Drogas e a SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas), que financiam o projeto, a problemática aqui abordada está longe de ser sanada. Esse projeto é voltado para a qualificação e iniciação profissional, com possibilidade de auxílio moradia para uma pequena parcela do grupo.

É possível analisar que os recursos destinados à assistência social são mínimos, sendo insuficientes para atender à demanda dos usuários. Sabemos que é dever do Estado, estabelecido na Constituição Federal, garantir os direitos historicamente negados a essa população, mas que para que isso ocorra de fato é importante a participação de todos os sujeitos envolvidos com a temática, em busca de melhorias e efetivação das políticas públicas como determina a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.718 pessoas vivem nas ruas de Fortaleza, diz novo censo. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/1-718-pessoas-vivem-nas-ruas-de-fortaleza-diz-novo-censo-1.1165358> Acesso em: 07/11/16.

48% estão nas ruas por problemas familiares. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/48-estao-nas-ruas-por-problemas-familiares-1.1318788> Acesso em: 07/11/16.

BESSA, Décio. **Cidadãos e Cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social.** P.54-121. Tese (doutorado em linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. **Caderno de Orientações técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a população em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua.** Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, DF, Setembro de 2011.

BRASIL. **Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, DF. Abril de 2009.

Censo revela perfil de moradores de rua. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/geral/censo-revela-perfil-de-moradores-de-rua> Acesso em: 07/11/16.

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). Disponível em: <http://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/portal/categoria/social/servico/24> Acesso em: 10/11/16.

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/centro-pop.html> acesso em 10/11/16

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de Rua.** Revista virtual textos & contextos, nº 4, Dez 2005.

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm Acesso em: 20/10/16.

FRAGA, Patrícia. **“A rua de todos”: Um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/> Acesso em: 20/10/16.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Ministério Público do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2017/04/12/mpce-cobra-moradia-para-pessoas-em-situacao-de-rua-em-fortaleza/> Acesso em: 29/06/2017.

Pesquisa Nacional sobre a "população em situação de rua" - 2008, META/MDS, Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/6685138/Pesquisa-Nacional> Acesso em: 22/10/2016.

População em Situação de Rua Indicadores. Disponível em: <http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/CE/fortaleza/populacao-em-situacao-de-rua> acesso em 28/06/2017

Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a População em Situação de Rua. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n104%20-%20PRIMEIRO%20CENSO%20E%20PESQUISA%20NACIONAL%20SOBRE%20A%20POPULACAO%20EM%20SITUACAO%20DE%20RUA.pdf> Acesso em: 07/11/16.

Relatório do 1º encontro nacional sobre população em situação de Rua. Disponível em: <http://docplayer.com.br/3159793-Relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-populacao-em-situacao-de-rua.html> Acesso em: 10/11/16.

SILVA, Maria Lúcia Lopes Da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Seminário Política de Assistência Social: Novos Desafios** – Fundap, 30 de junho de 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE**. Salvador: AATR, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de entrevista semi-estruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Qual o papel da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) na efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua em Fortaleza

2. Quais são as Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua oferecidas pela Prefeitura de Fortaleza

3. Quantos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) casa de passagem, abrigo e albergues funcionam em Fortaleza

4. Dados Estatísticos sobre pessoas em situação de rua em Fortaleza. Sexo, idade, motivo que levam a morar nas ruas

5. Quais os desafios para Efetivação dos direitos da população em situação de rua em Fortaleza

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: O CENTRO POP NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O Sr. (Sra.) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar e compreender as Políticas Públicas para População em Situação de Rua em Fortaleza. Tal pesquisa é requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Ratio.

Ao participar deste estudo, o Sr. (Sra.) permitirá que o pesquisador utilize suas informações para a realização desta pesquisa. Entretanto, os dados obtidos serão mantidos em sigilo, somente o pesquisador e seu orientador terão conhecimento dos dados. O participante tem a liberdade de desistir a qualquer momento do estudo caso julgue necessário, sem qualquer prejuízo. A qualquer momento poderá pedir maiores esclarecimentos sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador.

O maior benefício para o participante será a sua contribuição pessoal para o desenvolvimento de um estudo científico de grande importância, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos. O Sr. (Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicito o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os esclarecimentos apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa: **O CENTRO POP NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.**

Nome do participante

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador